

HUMANAS E SOCIAIS

V.8 • N.2 • Agosto/Setembro/Outubro - 2019

ISSN Digital: 2316-3801

ISSN Impresso: 2316-3348

DOI: 10.17564/2316-3801.2019v8n2p129-140



REDES INTERNACIONAIS DE COOPERAÇÃO: DE REDES BUROCRÁTICAS A REDES RECÍPROCAS

INTERNATIONAL NETWORKS OF COOPERATION: FROM
BUREAUCRATIC NETWORKS TO RECIPROCAL NETWORKS

REDES INTERNACIONALES DE COOPERACIÓN: DE REDES
BUROCRÁTICAS A REDES RECÍPROCAS

Antônio Dimas Cardoso¹
Marta Ribeiro Grave²
Maria João Alves Ribeiro³

RESUMO

A cooperação internacional, enquanto sistema formalizado de relações entre países, está inserida num sistema burocrático ineficiente, mediado por lógicas de racionalidade instrumental. Contudo, as redes assim constituídas beneficiam de princípios como reciprocidade, solidariedade e confiança que tendem a transformar relações institucionais protocoladas em relações mais próximas, nas quais a informalidade surge como reguladora da ordem social, numa expressão de autonomia do próprio sujeito. O cultivo desses princípios fortalece o capital social entre as partes e, conseqüentemente, a construção de “modos de intercâmbio informais em sistemas formais”. Como se percebem, concretamente, relações de reciprocidade no seio das redes de Cooperação Internacional? Procurando discutir sobre essas redes, o artigo tem como objetivo refletir sobre a capacidade das redes informais, no seio das interações internacionais, para a construção de uma sociedade mais solidária e democrática. Metodologicamente, recorreremos à análise bibliográfica sobre a temática e ao conceito de rede de Larissa Adler Lomnitz, entendido como um sistema de intercâmbio de bens, serviços e informações, como estratégia de inserção social. Percebe-se que as relações informais são guiadas por uma lógica simbólico-cultural que entra, por vezes, em contradição com a racionalidade burocrática. Assim, a construção dessas redes é feita sob um sistema de reciprocidade, ou seja, baseado em relações de confiança, em que predominam vínculos horizontais. As redes de cooperação internacional abrem caminho à prática de novas experiências comunitárias, intercambiáveis entre partes, cujo foco remete ao exercício da reciprocidade junto a comunidades locais, tendo programas e projetos associativos como fontes de indução.

PALAVRAS-CHAVE

Cooperação Internacional. Reciprocidade. Informalidade.

ABSTRACT

International cooperation, as a formalized system of relations between countries, is embedded in an inefficient bureaucratic system, mediated by logics of instrumental rationality. However, the networks thus constituted benefit from principles such as reciprocity, solidarity and trust that tend to transform institutional relationships filed in closer relations, in which informality emerges as a regulator of the social order, an expression of autonomy of the subject itself. The cultivation of these principles strengthens the social capital between the parties and, consequently, the construction of “informal modes of exchange in formal systems.” How do we perceive, concretely, reciprocity relations within the International Cooperation networks? The article aims to reflect on the capacity of informal networks, within international interactions, to build a more supportive and democratic society. Methodologically, we resorted to the bibliographic analysis on the thematic and the network concept of Larissa Adler Lomnitz, understood as a system of exchange of goods, services and information, as a strategy of social insertion. It is perceived that informal relations are guided by a symbolic-cultural logic that sometimes contradicts bureaucratic rationality. Thus, construction of these networks is done under a system of reciprocity, that is, based on relationships of trust, in which horizontal links predominate. International cooperation networks pave the way for new community experiences, interchangeable between parties, whose focus refers to the exercise of reciprocity with local communities, having programs and associative projects as sources of induction.

KEYWORDS

International Cooperation. Reciprocity. Informality.

RESUMEN

La cooperación internacional, como sistema formalizado de relaciones entre países, está inserta en un sistema burocrático ineficiente, mediado por lógicas de racionalidad instrumental. Sin embargo, las redes así constituidas se benefician de principios como reciprocidad, solidaridad y confianza que tienden a transformar relaciones institucionales protocoladas en relaciones más cercanas, en las que

la informalidad surge como reguladora del orden social. Estos principios fortalecen el capital social entre las partes y, consecuentemente, la construcción de “modos de intercambio informales en sistemas formales.” ¿Cómo se percibe, concretamente, relaciones de reciprocidad en el seno de las redes de Cooperación Internacional? Así, el artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la capacidad de las redes informales, en el seno de las interacciones internacionales, para la construcción de una sociedad más solidaria y democrática. Metodológicamente, recurrimos al análisis bibliográfico sobre la temática y al concepto de red de Larissa Adler Lomnitz, que es un sistema de intercambio de bienes, servicios e informaciones, como estrategia de inserción social. Se percibe que las relaciones informales son guiadas por una lógica simbólico-cultural que entra, a veces, en contradicción con la racionalidad burocrática. Así, la construcción de estas redes se realiza bajo un sistema de reciprocidad, es decir, basado en las relaciones de confianza, en las que predominan vínculos horizontales. Las redes de cooperación internacional abren camino a la práctica de nuevas experiencias comunitarias, intercambiables entre partes, cuyo foco se remite al ejercicio de la reciprocidad junto a comunidades locales, teniendo programas y proyectos asociativos como fuentes de inducción.

PALABRAS CLAVE

Cooperación Internacional. Reciprocidad. Informalidad.

1 INTRODUÇÃO

Vivemos um contexto de financeirização da economia global, conforme discute Streeck (2013). O processo de globalização neoliberal origina concentração de riqueza e conduz à mercantilização de todos os aspectos da vida social. A opção por um modelo de desenvolvimento orientado para o mercado idealizado por Adam Smith parece ser preponderante ao regime global de acumulação. Num mundo em que o utilitarismo do mercado capitalista regula as relações políticas e econômicas, princípios como a solidariedade e a reciprocidade, resultantes da ajuda mútua, reatualizam-se no contexto das relações de Cooperação Internacional como desiderato face às relações meramente instrumentalizadas, “numa ampliação da eliminação das restrições à comunicação na sociedade” (HONNETH, 2017, p. 92).

No entanto, também a forma de “fazer cooperação” se encontra mundialmente desafiada pelas novas configurações da sociedade. A complexificação das redes percebida pela diversificação dos agentes de cooperação e das áreas de atuação, das formas de financiamento e dos modos de governação global colocam em questão as contribuições de cada agente para o desenvolvimento social.

A dicotomia Norte-Sul, ainda que presentemente mais debatida nos discursos da Cooperação Internacional, deixou resquícios para o futuro das relações entre países. Ao se instituírem autores principais no desenho das redes internacionais, fizeram renascer modelos de desenvolvimento econômico perpassados por lógicas de dominação e neocolonização, ainda que disfarçados pelo

discurso de ajuda aos países mais pobres. Na verdade, essa configuração alterou-se principalmente pela expansão das economias periféricas. Detentores de mais poder econômico ganharam a capacidade de influenciar os processos de intercâmbio globais, inclusive, no que se refere à Cooperação para o Desenvolvimento, trazendo a debate novas aspirações, derivadas do seu passado de sociedades marginais. Isso é percebido pela crescente importância dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, e, mais recentemente, África do Sul) na construção das políticas públicas globais e pela reconfiguração dos papéis dos países nessa rede, de doadores e receptores de ajuda, para parceiros na construção de um mundo mais justo.

O novo discurso de cooperação Sul-Sul manifesta o desejo de constituição de redes internacionais, ainda que institucionalizadas, assentes em novas lógicas de solidariedade e reciprocidade. Atualmente, procura-se estabelecer trocas “entre iguais”, com “benefícios mútuos”, de tratamento “horizontal” em contraposição à lógica passada de paternalismo e assistencialismo. Fatores como a crise econômica nos países Ocidentais e a maior oportunidade concedida aos países subdesenvolvidos na participação para redefinição das políticas de cooperação, têm também contribuído para a constituição dessas parcerias (FERREIRA; FARIA; CARDOSO, 2015).

É nesse contexto, do **mundo da vida**⁴, que temas como reciprocidade e capital social têm recebido mais atenção, pois, países assinalados como economicamente emergentes, apresentam um diferencial no que tange à configuração das relações nos sistemas sociais, nos quais as práticas informais ainda prevalecem. Essas práticas são designadas como informais ao aparecerem fora dos padrões estabelecidos pelo poder central e pelas normas institucionalizadas em sociedade. Como se percebem? Ao estabelecer analogia entre declarações, leis, documentos oficiais ou de projetos e aquilo que efetivamente decorre na prática, algumas dinâmicas não encontram espaço em nenhum desses documentos. São, portanto, práticas orientadas pela experimentação, pela adaptação constante aos contextos e situações em permanente mudança. São novas formas de fazer que emergem da autonomia e sentimento de liberdade do indivíduo, da sua capacidade criativa e de reinvenção do seu cotidiano. Procuram colmatar falhas às quais o pré-estabelecido e regulado é incapaz de dar resposta. Derivadas dessa maleabilidade, face às transformações do mundo, as redes auto-organizam-se e os indivíduos assumem como seus, projetos institucionais, governamentais ou não.

Para Eric Sabourin (2011), as teorias do desenvolvimento careciam de uma nova leitura acerca das relações econômicas e sociais, tendo a teoria da reciprocidade surgido na tentativa de substituir uma lógica baseada meramente na troca, por outra mais humana. A estratégia seria, portanto, estruturar relações de reciprocidade de forma simétrica, sendo que essas “geram valores afetivos e éticos” e um “sentimento de amizade” garantindo novas formas de regulação promotoras de justiça e capazes de limitar os excessos de poder do mercado (SABOURIN, 2011, p.31).

Assim, o cultivo da reciprocidade no contexto de relações de cooperação internacional permite que estas se efetivem na prática, dado o sistema de retorno criado entre partes. Dessa forma, segun-

⁴ Expressão oriunda da Fenomenologia, extraída por Jurgen Habermas, ao afirmar que “um entendimento discursivo garante tratamento racional de temas, argumentos e informações; todavia ele depende dos contextos de uma cultura e de pessoas capazes de aprender, numa regulação normativa de convivência” (HABERMAS, 1997, p. 53).

do Ostrom (2003), a ação coletiva e as políticas públicas estão tanto mais dependentes desse sistema de reciprocidade quanto mais os indivíduos se sintam responsabilizados pela manutenção da rede, gerando um mecanismo circular de reciprocidade/confiança/reputação.

Procurando refletir sobre essas redes, a proposta do presente trabalho é contribuir para a discussão sobre a capacidade das redes informais de intercâmbio, no seio das interações internacionais de cooperação, para a construção de uma sociedade mais humanista, solidária e democrática.

2 REDES SOCIAIS DE “SOBREVIVÊNCIA”

No âmbito deste artigo, um aspecto considerado importante é a compreensão das redes sociais enquanto mecanismo de sobrevivência “dos marginalizados”, paralelo à economia de mercado. De acordo com Larissa Adler Lomnitz, antropóloga social da Universidade Nacional Autónoma de México (UNAM), as redes sociais de assistência mútua representam “parte de um sistema econômico informal, paralelo à economia de mercado, que se caracteriza pelo aproveitamento dos recursos sociais e que opera baseado no intercâmbio recíproco entre iguais” (LOMNITZ, 1993, p.11-12, tradução nossa).

Ao estudar as redes sociais e de reciprocidade de Cerrada del Cóndor, um bairro da periferia da Cidade do México – em “Como sobrevivem os marginalizados”, obra publicada originalmente em 1975 – Lomnitz explica a marginalidade inserida no bojo do processo de desenvolvimento industrial, relacionando o fenômeno da exclusão com a dependência econômica, a maior complexidade da organização da produção, a maior especialização da estrutura política e social e a maior concentração de poder. A conjugação destes fatores originaria mais grupos excluídos do processo de controle econômico, político e social, com diferentes consequências e dimensões ao redor do mundo.

A incapacidade dos países em desenvolvimento em desenvolver como política sistemas de segurança social capazes de atender a demanda dos seus cidadãos conduziu a situações extremas de marginalidade, diferente da percebida em países desenvolvidos, onde o fácil acesso a diferentes e novos mecanismos sociais, ainda que de forma deficitária, integrassem essa porção da população mais excluída (LOMNITZ, 1993).

A marginalidade – enquanto não incorporação estrutural ao esquema de produção e de mercado – não é, no entanto, apenas característica do processo de industrialização. Esta surge como fruto da própria receita neoliberal, mundialmente aplicada no contexto do processo de globalização, com maior imposição para os países periféricos e semiperiféricos. Tal como Lomnitz, Boaventura de Sousa Santos (2002) ressalta medidas compensatórias que diminuem desigualdades, sem que representem, no entanto, pretensão de eliminá-las:

Devem adotar-se medidas de luta contra a pobreza, de preferência medidas compensatórias que minorem, mas não eliminem, a exclusão, já que esta é um efeito inevitável (e, por isso, justificado) do desenvolvimento assente no crescimento econômico e na competitividade a nível global (SANTOS, 2002, p.35).

A primazia do princípio do mercado e do regime de acumulação parece incompatível com lógicas cooperativas, participativas e recíprocas. No entanto, o caráter predatório das políticas econômicas neoliberais gera processos de resistência, de características locais, que se baseiam, justamente, em redes sociais. Segundo Lomnitz (1993), a parte da população “posta de parte”, na tentativa de sobreviver ao contexto de escassez em que vive, desenvolve estratégias de reciprocidade, como o compartilhamento dos poucos recursos que ainda possuem, na tentativa de fuga às consequências do isolamento. Portanto, percebe-se que, numa sociedade permeada pela lógica ininterrupta do mercado, coexistem formas não institucionalizadas de relação, mediadas por laços solidários e recíprocos.

3 A RECIPROCIDADE COMO RAÍZ DA INFORMALIDADE

A definição conceitual de redes informais pode ser construída por meio da sua relação com os sistemas formais, dado o seu uso dentro dos próprios sistemas de interação formal. Na medida em que se entendem as redes informais de intercâmbio como “mecanismo socioeconômico que supre a falta de seguridade social, substituindo-a por um tipo de ajuda mútua baseado na reciprocidade” (LOMNITZ, 1993, p. 26)⁵ é possível perceber também uma relação com os sistemas formais que, mais do que paralela, é, sobretudo, causal. A informalidade deve ser considerada “não só como um resíduo do tradicionalismo, senão como um elemento intrínseco da formalidade, na medida em que é uma resposta às deficiências da formalização” (LOMNITZ, 1990, p. 212)⁶.

A análise de que “quanto mais se formaliza, regula e planifica burocraticamente um sistema social que, apesar de tudo, não satisfaz as necessidades da sociedade, mais costumam criar-se mecanismos informais que escapam ao controle do sistema” (LOMNITZ, 1990, p. 213)⁷ conduz-nos a afirmar que o surgimento e a consolidação de modos informais de intercâmbio relacionam-se diretamente com a exclusão de determinados grupos e/ou com as ineficiências do sistema formal.

Além disso, regra geral, as redes informais ainda “obedecem a uma lógica simbólico-cultural que difere e, muitas vezes, choca com a racionalidade econômica ou a ideologia formal do Estado” (LOMNITZ, 1990, p. 213).⁸

A percepção da informalidade e da reciprocidade como um sistema econômico é válida no contexto das redes sociais do bairro mexicano estudado por Lomnitz na década de 1970, mas também se aplica ao contexto de globalização econômica, social e cultural que vivenciamos atualmente e que, conforme destaca Boaventura de Sousa Santos,

5 “(...) mecanismo socioeconômico que viene a suplir la falta de seguridad social, remplazándola com um tipo de ayuda mutua basado en la reciprocidad.” (LOMNITZ, 1993, p. 26)

6 “(...) no sólo como un residuo del tradicionalismo, sino como un elemento intrínseco de la formalidad en cuanto a que es una respuesta a las deficiencias de la formalización.” (LOMNITZ, 1990, p. 212)

7 “Cuanto más se formaliza, regula y planifica burocráticamente un sistema social que, pese a todo ello, no satisface las necesidades de la sociedad, tanto más suelen crearse mecanismos informales que escapan al control del sistema.” (LOMNITZ, 1990, p. 213,

8 “(...) que obedecen a una lógica simbólico-cultural que difiere y muchas veces choca con la racionalidad económica o la ideología formal del Estado.” (LOMNITZ, 1990, p.213)

não só não pode melhorar o nível de vida da esmagadora maioria da população mundial (pelo contrário contribui para a sua pioria), como não é sequer sustentável a médio prazo. Ainda hoje a maioria da população mundial mantém economias relativamente tradicionais, muitos não são “pobres” e uma alta percentagem dos que são foram empobrecidos pelas políticas da economia neoliberal (SANTOS, 2002, p. 72).

O que aqui nos importa, portanto, vai além da relação intrínseca entre a informalidade e os sistemas formais; o nosso objetivo passa, sobretudo, por reconhecer o princípio da reciprocidade na raiz da informalidade e captar as suas contribuições para o estabelecimento de uma “rede mundial de resistência”.

Lomnitz (1993) recorre às contribuições de Polanyi e Dalton para interpretar a reciprocidade como uma forma de intercâmbio de bens e serviços que, em contraposição à economia de mercado individualista, racional e orientada ao lucro, reúne características determinadas, a saber: “a) desenvolve-se como parte de uma relação social; b) constitui um fluxo recíproco de bens materiais e serviços que persiste além de uma só transação; c) não é regido pelas leis da oferta e da procura” (pág. 204, tradução nossa). A reciprocidade surge em situações de carência, mobilizando recursos sociais, com maior ou menor permanência e/ou estabilidade. No âmbito das redes, a relação social prima sobre a dimensão econômica, ao fundar-se sobre um intercâmbio de bens e serviços mediado pela confiança e predisposto pelo seu grau de existência no interior desse grupo.

Até ao momento, assumimos a generalização de sistemas informais de intercâmbio perante a escassez de bens ou serviços e a ineficiência da racionalidade burocrática, afirmando que os sistemas formais não devem ser analisados somente a partir da sua estrutura organizativa e legal. Além disso, relacionamos os sistemas de intercâmbio informais com estruturas simbólicas e culturais, baseadas na solidariedade e na confiança, assumindo-os como sistema econômico, que se concretiza não por idealismo, mas por necessidade. No entanto, de que forma o princípio da reciprocidade pode ser aplicado a redes mais amplas, entre governos ou organizações, como no contexto da Cooperação Internacional?

Lomnitz (1990, p.219)⁹ afirma que “a resposta às crises é a prova das redes”. Novas e mais intensas interações transnacionais, que contribuem para acirrar crises, desigualdades e intensificar hierarquias no sistema mundial, conduzem Santos (2002) a identificar uma forma de globalização que denomina de *globalismo localizado* e que diz respeito ao impacto das práticas globalizantes nas condições locais. Esses impactos incluem, entre outros,

a eliminação do comércio de proximidade; criação de enclaves de comércio livre ou zonas francas; deflorestação e destruição maciça dos recursos naturais para pagamento da dívida externa; uso turístico dos recursos históricos, lugares ou cerimônias religiosas, artesanato e vida selvagem; *dumping* ecológico (“compra” pelos países do Terceiro Mundo de lixos tóxicos produzidos nos países capitalistas centrais para gerar divisas externas); conversão da agricultura de subsistência em agricultura para exportação como parte do “ajustamento estrutural”; etnicização do local de trabalho (desvalorização do salário pelo facto de os trabalhadores serem de um grupo étnico considerado “inferior” ou “menos exigente”) (SANTOS, 2002, p. 66).

⁹ “La respuesta a las crisis era la prueba de las redes” (LOMNITZ, 1990, p.219)

Este tipo de efeitos deriva de mecanismos de opressão ou exploração justificados pelo princípio do mercado, e decorrentes do processo de industrialização e consolidação da economia capitalista. No entanto, como já vimos, quando os sistemas formais políticos e econômicos não são capazes de garantir segurança e bem-estar, os membros de qualquer sociedade recorrem a redes sociais para solucionar seus problemas. Hierarquias globais, processos de difusão e imposição cultural e agendas de dominação política encontram, no reverso da medalha, práticas e discursos de resistência, de caráter contra hegemônico (SANTOS, 2002).

Consideraremos, portanto, a possibilidade de fortalecimento de redes internacionais, não orientadas pelo princípio do mercado, a partir das quais a solidariedade é acionada como um recurso para a sobrevivência, maximizando “o seu potencial emancipatório *in locus* através das ligações transnacionais/locais” (SANTOS, 2002, 69).

4 REDES SOCIAIS ALTERNATIVAS: PARA UMA GLOBALIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA

Grupos marginalizados – isto é, grupos em relação estrutural peculiar com a economia de mercado – sobrevivem graças a formas de organização social próprias, nas quais a falta de segurança econômica, de acesso a recursos ou de bem-estar “é compensada mediante redes de intercâmbio recíproco de bens e serviços”, numa manifestação cooperativa informal (LOMNITZ, 1993, p.223)¹⁰.

No contexto atual, como vimos, o caráter destrutivo da globalização hegemônica requer formas alternativas de organização social, baseada em redes, que se articulem eficazmente em torno de discursos e práticas considerados de resistência. Em tempos em que a crise, mais do que econômica, tem características de crise civilizatória, as redes e sua capacidade são postas à prova. A sobrevivência requer que, como nos modelos de intercâmbio informais, as relações sociais prevaleçam sobre a dimensão econômica, defendendo o que Boaventura Sousa Santos (2002) chama de *patrimônio comum da humanidade*:

Trata-se de lutas transnacionais pela proteção e desmercadorização de recursos, entidades, artefactos, ambientes considerados essenciais para a sobrevivência digna da humanidade e cuja sustentabilidade só pode ser garantida à escala planetária. (...). Todas estas lutas se referem a recursos que, pela sua natureza, têm de ser geridos por outra lógica que não a das trocas desiguais, por fideicomissos da comunidade internacional em nome das gerações presentes e futuras (SANTOS, 2002, p.70).

No âmbito das lutas transnacionais, a polarização entre globalização hegemônica e globalização contra hegemônica, ou, por outras palavras, entre globalização e localização encontra resposta na “redescoberta do sentido do lugar e da comunidade”, isto é, na “redescoberta ou invenção das atividades produtivas de proximidade” (SANTOS, 2002, p.72). Essa procura contém em si um leque de ações

10 “(...) se compensa mediante redes de intercambio recíproco de bienes y servicios.” (LOMNITZ, 1993, p.223)

de promoção da sociabilidade em grupos pequenos, nos quais as relações baseadas no contato direto, de cooperação e compartilhamento são possíveis a curto e longo prazo.

Este compromisso global de constituição de redes – que parte das possibilidades de comunicação e organização transnacionais conferidas pelo próprio processo de globalização – para articular experiências de resistência entre Estados-nação, regiões, classes e grupos sociais vítimas de *globalismos localizados* só faz sentido se incorporar o contexto social do intercâmbio informal, ou seja, seus componentes ideológicos.

São as estruturas simbólicas básicas relacionadas com a solidariedade primária que “dão um caráter quase “sagrado” à execução das obrigações derivadas do intercâmbio” (LOMNITZ, 1990, p. 215)¹¹. O princípio da reciprocidade, incorporado às redes de Cooperação Internacional, pode contribuir para, de fato, contrariar o binômio centro-periferia e as trocas desiguais próprias do sistema econômico mundial formal.

Esta defesa parte do pressuposto de que qualquer relação de intercâmbio reflete, também, posições de poder e de que a lógica da reciprocidade pode evitar eventuais desequilíbrios ou desigualdades no âmbito das redes de Cooperação Internacional. Relações de reciprocidade assimétrica tendem a converter-se “numa relação patrão-cliente, quando mudam os níveis relativos de poder” (LOMNITZ, 1990, p. 216)¹² o que pode significar que os grupos tenderiam a boicotar o sistema de troca e partilha baseada em princípios de confiança, solidariedade e reciprocidade, substituindo-o por princípios de competição, competência e concorrência material.

A noção de reciprocidade trata, portanto, de uma opção ideológica que, no contexto da globalização da resistência, pode contribuir para a construção democrática das regras de reconhecimento recíproco:

(...) A resistência mais eficaz contra a globalização reside na promoção das economias locais e comunitárias, economias de pequena-escala, diversificadas, auto-sustentáveis, ligadas a forças exteriores, mas não dependentes delas (SANTOS, 2002, p. 72).

Assim, reciprocidade implica um conhecimento mútuo entre os intervenientes nas redes. Não se trata de negar eventuais desigualdades de poder no interior das mesmas, mas de fomentar trocas de acordo com dinâmicas determinadas pela confiança:

No caso da reciprocidade generalizada, a ausência de intercâmbio não interrompe a concessão da ajuda, e o fluxo de bens e serviços pode ser unidirecional por um longo período de tempo (...). Por outro lado, na reciprocidade balanceada, os valores intercambiados são equivalentes e a reciprocidade se produz alternadamente e dentro de prazos mais ou menos curtos e previsíveis. A maior ou menor estabilidade da rede se refere à sua duração ou permanência como estrutura econômica e social (LOMNITZ, 1993, p. 207)¹³

11 “(...) que estás dan um caràcter casi “sagrado” a la ejecución de las obligaciones derivadas del intercambio.” (LOMNITZ, 1990, p. 215).

12 “(...) se convierte en una relación patrón-cliente cuando cambian los niveles relativos de poder.” (LOMNITZ, 1990, p. 216).

13 “Em el caso de la reciprocidad generalizada, la ausencia de intercambio no interrumpe el otorgamiento de la ayuda, y

A noção de globalização das resistências, se baseada no princípio da reciprocidade característico dos sistemas informais, pode inaugurar um processo riquíssimo de solidariedade global. Boaventura de Sousa Santos oferece-nos, para concluir, uma ideia precisa do potencial do princípio da reciprocidade incorporado às relações de Cooperação Internacional: “O global acontece localmente. É preciso fazer com que o local contra-hegemônico também aconteça globalmente” (2002, p. 74).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os “modos de intercâmbio informais em sistemas formais” são modos de relação entre indivíduos pertencentes a uma rede social definida no interior de um sistema social caracterizado por carências, incertezas, falhas, que possibilitam a atenuação dessas mesmas dificuldades. Ainda que conscientes da existência dessas formas de interação, esse tipo de intercâmbio é objetivamente difícil de ser explicado. Ainda que importante para a boa comunicação entre governos e organismos, recorrer a modos informais sugere um vício desse recurso em situações em que, apenas por vias formais, algo não é de possível alcance.

Lomnitz aponta que as relações de confiança e de solidariedade desenvolvem-se, no geral, mediante referência normativa da cooperação internacional. No entanto, nutrem-se da incorporação dos indivíduos e suas comunidades em redes de laços horizontais e verticais, no que pese os constrangimentos institucionais – e de força militar – a esses indivíduos dotados de condições financeiras e operacionais.

Apesar dos constrangimentos institucionais e políticos, pode afirmar-se que ainda há espaço às práticas de novas experiências comunitárias. Estas podem interligar-se a outras experiências intercambiáveis, alicerçadas na cooperação internacional, cujo foco remete ao exercício da reciprocidade junto a comunidades locais, tendo programas e projetos associativos como fontes de indução.

REFERÊNCIAS

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**, volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HONNETH, Axel. **A ideia de socialismo: tentativa de atualização**. Lisboa (Portugal): Edições 70, 2017.

FERREIRA, Patrícia Magalhães; FARIA, Fernanda. CARDOSO, Fernando Jorge. **Papel de Portugal na Arquitetura Global do Desenvolvimento: Opções para o Futuro da Cooperação Portuguesa**. 2015

el flujo de bienes y servicios puede ser unidireccional por un largo período de tiempo (...). Em cambio, em la reciprocidad balanceada los valores intercambiados son equivalentes y la reciprocidad se produce alternadamente y dentro de plazos más o menos cortos y previsibles. La mayor o menor estabilidad de la red se refiere a su duración o permanencia como estructura económica y social.” (LOMNITZ, 1993, p. 207).

JOHNSON, Chalmers. **MITI and the japanese miracle: the growth of industrial policy, 1925-75.** University Press, Stanford, 1982.

LOMNITZ, Larissa Adler. **Cómo sobreviven los marginados.** México: Siglo XXI Editores S.A., 1993 (12.º edição).

LOMNITZ, Larissa Adler. **Redes informales de intercambio em sistemas formales: un modelo teórico.** Comercio Exterior, vol. 40, núm. 3. México: 1990, pp. 221-220.

OSTROM, Elinor. **A behavioural approach to the rational-choice theory of collective action.** American Political Science Review, 92, p.1-22, 1998.

SABOURIN, Eric. Teoria da Reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Sociologias,** Porto Alegre, ano 13, n.27, mai./ago. 2011, p. 24-51

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **A Globalização e as Ciências Sociais.** São Paulo: Cortez Editora, 2002 (2.ª edição).

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático.** Lisboa (Portugal): Conjuntura Actual Editora, 2013.

Recebido em: 21 de Outubro de 2018

Avaliado em: 27 de Agosto de 2019

Aceito em: 27 de Agosto de 2019



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

1 Doutor e mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Bacharel em Ciências Sociais, com especialização pela Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES. Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, da Universidade Estadual de Montes Claros – MG, Brasil. antonio.dimas@unimontes.br

2 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (MG), na linha de pesquisa “Relações Socioeconômicas e Estado”, com foco em cooperação internacional. Graduada em Serviço Social pela Universidade de Lisboa. marta.grave@hotmail.com

3 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (MG), na linha de pesquisa “Relações Socioeconômicas e Estado”, com foco em políticas alimentares e cooperação internacional. Bolsista CAPES. Graduada em Serviço Social pela Universidade de Lisboa. mariajoao.ribeiro23@gmail.com



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilha Igual CC BY-SA